série TORQUATO TAPAJÓS

tenente-coronel
gustavo moraes rêgo reis

A CABANAGEM

UM EPISÓDIO HISTÓRICO DE GUERRA INSURRECIONAL NA AMAZÔNIA (1835-1839)



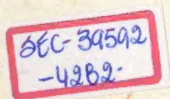
INAUGURADA com "Um Caboclo Amazônico", de Mário e Julião Ramos, a série **Torquato Tapajós**, que integra as EDIÇÕES GOVÊRNO DO ESTADO DO AMAZONAS, lança agora êste "A Cabanagem", do tenente-coronel Gustavo Moraes Rêgo Reis — monografia histórica acêrca do movimento revolucionário que recebeu aquêle nome e que teve como principal centro de operações o Estado do Pará, indo do período de 1835 a 1839.

Num estilo vivo e equilibrado, o autor, que se mostra profundo conhecedor dos fatos ligados à famosa insurreição, analisa detidamente os seus ângulos, num estudo que se propõe a jogar novas luzes sôbre as causas que geraram o sangrento conflito entre os nossos irmãos dessa parte do Brasil.

Pode-se dizer que a história dêsse movimento sedicioso encontra agora neste estudo a sua expressão mais fiel e o seu depoimento mais autorizado, sendo, por isso, a que mais se aproxima da "verdade verdadeira", como opina, com muita autoridade, o professor Arthur Cézar Ferreira Reis, no lúcido prefácio que escreveu para a obra, assim enunciado: "Afino mais com Moraes Rêgo que com os outros exegetas. Está mais perto da verdade verdadeira. Dos movimentos que marcaram o drama político de 1822 a 1845, Cabanagem como, até certo ponto a Balaiada, representou, realmente, a explosão popular mais intensa, de côr mais democrática e que refletiu sentimentos de multidões que não se deixavam comandar por políticos profissionais, a famosa elite pensante que, no fim de contas, pensa ùnicamente em si ao invés de pensar na coletividade de que se diz voz e pensamento".

Com uma bibliografia que, se não é escassa, pelo menos não tem sido convenientemente difundida, a Guerra da Cabanagem — como é mais conhecida popularmente — estava reclamando, já, uma reedição em livro, que o Govêrno do Estado toma agora a cargo fazer e que se constitui de grande valia para o conhecimento por parte da nova geração dos fatos determinantes dêsse levante, considerado pelo autor como o "mais expressivo movimento de massas de quantos têm assinalado a evolução política, econômica e social do Brasil".

Com efeito, levando-se em conta as razões que compeliram aquêles humildes caboclos (os Cabanos) a pegarem em armas,





A CABANAGEM

série TORQUATO TAPAJÓS

volume IV

Tenente-Coronel *GUSTAVO MORAIS RÊGO REIS*
Oficial de Estado-Maior

A CABANAGEM

UM EPISÓDIO HISTÓRICO DE GUERRA INSURRECIONAL NA AMAZÔNIA (1835-1839)

prefácio de

ARTHUR CÉZAR FERREIRA REIS

EDIÇÕES GOVÊRNO DO ESTADO DO AMAZONAS
Manaus

Ilustração da capa
de
MOACIR ANDRADE

Xilogravuras de
ÁLVARO PÁSCOA

1965

Impresso nos Estados Unidos do Brasil
Printed in the United States of Brazil

índice geral

prefácio

A HISTÓRIA da Cabanagem foi escrita, inicialmente, pelo Barão de Guajará, Domingos Antônio Rayol, no monumental "Motins Políticos do Pará", em 5 tomos, que são fonte permanente para quem deseja iniciar-se nos grandes detalhes do movimento. Ernesto Cruz e Jorge Hurley escreveram, depois, novas contribuições valendo-se do copioso documentário da seção de manuscritos da Biblioteca e Arquivo Públicos do Pará.

Os livros que visam a interpretar os sucessos políticos da vida nacional, todos êles pretendem uma exegese, que nos parece, senão pretensiosa, pelo menos sem o necessário fundamento como explicação. Tentei essa explicação à luz de meu pensamento atual, no 4.º volume da História da Civilização Brasileira, dirigida por Sérgio Buarque de Holanda. Escreví ali — "Handelman, balanceando os sucessos do Pará, na Cabanagem consequente, escrevia que ela era a revolução dos que não tinham contra os que tinham. E não tinham nem encontravam possibilidades de ter se não destruíssem a estrutura sócio-econômica vigente. Na ação que desfecharam, poder-se-á encontrar a confirmação da tese. Nos manifestos que lançaram, nas decisões que tomaram, nos atos que praticaram e êsses geralmente indicados pelas penas governamentais, aquêle objetivo não se externaria em tôda a sua extensão e plenitude. Fala-se em reivindicações políticas, em reação a autoridades estranhas às suas necessidades e problemas, jura-se fidelidade ao imperador menino, não se pretende em nenhum momento, romper a unidade da Pátria. Exami-

nando-se, no entanto, o movimento, no que êle expressa como explosão de multidões mestiças e indígenas da Província, contra a vida e a propriedade dos que desfrutavam o poder político, o poder econômico e a projeção social, compreende-se que a Cabanagem não pode ser inscrita na história nacional como um episódio a mais da aspiração meramente política que distinguiu outros pronunciamentos ocorridos no Brasil na primeira década após a Independência. Os homens que o integraram e o dirigiram não foram recrutados nas elites da Província. São todos, chefes e soldados, homens do povo, das camadas humildes da população".

Talvez não seja ainda a verdade integral. E' que a documentação por examinar é fabulosamente grande e guarda-se, preferentemente, em Belém, naquele Arquivo. Ademais, até o momento, tem falado no processo apenas o govêrno e muito pouco os que se lançaram à revolução. A história vem sendo elaborada, portanto, apenas na base do pronunciamento de um lado, ignorando-se o outro, que foi o vencido. Aqui e ali, é certo, nos informes oficiais encontra-se uma pista que leva a reflexões diferentes. Não é, no entanto, suficiente para uma consciência exata.

Na monografia que o Govêrno do Estado edita em suas coleções, o Tenente-Coronel Moraes Rêgo pretende a sua interpretação. Fala com muita autonomia, segurança e certa ousadia. Assim, considera "Cabanagem como sedição popular que engolfou a província do Pará de 1835 até 1839, sob a forma de verdadeira Guerra de Libertação". E acrescenta: "Como pronunciamento popular a Cabanagem foi, sem dúvida, o mais expressivo movimento de massas de quantos têm assinalado a evolução política, econômica e social do Brasil. Caracterizou-o de maneira singular: a efetiva e dominante participação das massas; a ascensão e direção de líderes oriundos das mais modestas camadas da população; a declarada e incontida violência das ações em fôrça; e, afinal, a amplitude

que atingiu a insurreição, chegando à tomada e manutenção do poder, por período não pequeno".

Estará certo? Outros concluíram pela intenção político-nacionalista, exacerbada pelo continuismo das fôrças colonizadoras, representadas na burguesia portuguêsa ou de raiz portuguêsa, que permanecia com o poder nas mãos. Era essa, aliás, uma situação comum a outras unidades do Império, que não se pudera libertar de todo, em sua primeira fase, dessa influência poderosa. Afino mais com Moraes Rêgo que com os outros exegetas. Está mais perto da verdade verdadeira. Dos movimentos que marcaram o drama político de 1822 e 1845, Cabanagem como, até certo ponto a Balaiada, representou, realmente, a explosão popular mais intensa, de côr mais democrática e que mais refletiu sentimentos de multidões que não se deixavam comandar por políticos profissionais, a famosa elite pensante que, no fim de contas, pensa ùnicamente em si ao invés de pensar na coletividade de que se diz ser voz e pensamento.

Insisto em que a monografia de Moraes Rêgo é arrojada. Buscámo-la às páginas da Revista "A Defesa Nacional", onde têve sua primeira edição para o debate que está aberto e precisa ser terminado.

MANAUS, dezembro de 1965.

ARTHUR CÉZAR FERREIRA REIS

"A insurreição é uma arte. Tal como a guerra ou outras artes, ela também se submete a certas regras que não podem ser neglicenciadas".

Engels

Introdução

CABANAGEM foi o nome dado à sedição popular que engolfou a província do Pará de 1835 até 1839, sob a forma de verdadeira Guerra de Libertação.

Muito embora levada a efeito contra as autoridades constituídas essa luta brutal visava aos portuguêses, partidários da Restauração, denominados pejorativamente «bicudos», «marinheiros» ou «pés de chumbo» — grandes proprietários da terra e da escravaria e detentores irredutíveis das posições de mando administrativo e político — contra os quais se insurgia a população.

O grosso do contingente nacional era constituído de caboclos humildes e índios mansos moradores de beira rio — os Cabanos — sendo seus adeptos conhecidos por «filantrópicos» ou «nativistas».

Como pronunciamento popular a Cabanagem foi, sem dúvida, o mais expressivo movimento de massas de quantos têm assinalado a evolução política, econômica e social do Brasil. Caracterizou-o de maneira singular: a efetiva e dominante participação das massas; a ascensão e direção de líderes oriundos das mais modestas camadas da população; a declarada e incontida violência das ações em fôrça; e, afinal, a amplitude que atingiu a insurreição, chegando à tomada e manutenção do poder, por período não pequeno.

Do ponto de vista militar, as peculiaridades geográficas da região amazônica condicionavam (como ainda hoje) a natureza e o tipo das operações e sua perfeita adequação à forma de guerra conduzida pelos insurretos. E' o que se apercebe pelo simples exame das diferentes medidas de repressão adotadas até a vigorosa e acertada atuação do General Soares de Andréa — e que apresenta sugestiva atualidade — erradicando os focos insurrecionais e pacificando, afinal, a província.

Trata-se agora de uma tentativa. Nosso propósito é reestudar êste sugestivo episódio histórico ocorrido na Amazônia, há mais de 120 anos, à luz da moderna conceituação e do método de análise dialética da Guerra Insurrecional, buscando, tão-sòmente, despertar a atenção e provocar o interêsse de camaradas maiores conhecedores do assunto.

Assim, na primeira parte apresentaremos um Estudo de Situação «do ponto de vista dos insurretos». Em seguida, uma descrição sucinta da evolução dos acontecimentos. Depois a Repressão e Conclusões.



I - Situação Geral da Província até 1835

1. O quadro

A PROVÍNCIA do Grão-Pará; desmembrada do Maranhão em 1775, estendia-se por tôda a vasta área amazônica, englobando os atuais Estados do Pará, Amazonas, Acre e os Territórios do Amapá, Rio Branco e Rondônia, com suas fronteiras externas ainda não perfeitamente configuradas.

A população concentrava-se (como ainda hoje) nos arredores de Belém e em pequenos núcleos à margem dos rios e igarapés e nas incontáveis ilhas do estuário. Subindo os rios, para o interior, humildes e distanciados lugarejos isolados indicavam a remota presença humana; balizando as rotas, ocupando pontos mais favoráveis — os «firmes» — não só a salvo das inundações periódicas, como também, dominantes pela observação sôbre extensos «estirões» fluviais.

De resto, as duas constantes panorâmicas: os rios e a selva.

O intrincado labirinto da rêde fluvial, a que está subordinado todo sistema de transportes, faculta uma variedade de alternativas, de itinerários, graças ao conhecimento local de passagens, «furos», «paranás», ligações várias, desbordantes de largos trechos dos cursos principais. E a existência de um infindável número de lagos e lagoas, enseadas e abrigos proporciona locais convidativos para reuniões, ciladas e ardis.

A floresta densa, luxuriante, inundada em grandes faixas marginais — o «igapó» — alteia-se, aqui e ali, galgando pequenos desníveis — os «tesos» — atingindo afinal a «terra firme», cobrindo tudo de maneira compacta.

Tribos de índios, notadamente, rebeldes ao jugo colonial, habitavam, então, algumas daquelas paragens a cavaleiro dos rios de penetração.

O cenário geográfico da insurreição desenvolveu-se desde o litoral paraense, pelas ilhas do arquipélago de Marajó, o litoral escassamente habitado pelo Amapá, o Baixo Amazonas pelo Tocantins e Xingu, Santarém no Tapajós e Borba no Madeira, Manaus. Remontando o Solimões atingiu Tabatinga. E pelo Rio Negro alcançou Santa Isabel ou Tapuruquara.

Vivia a província, completamente isolada do restante do país, e, em muito maior e estreito contato, do que outra qualquer, com o govêrno da metrópole. Até a Independência, recebia, diretamente, das Côrtes de Lisboa tôda a orientação política e administrativa através de ordens, leis, alvarás e regimentos. Assim também procediam os governantes provinciais, entendendo-se com o Govêrno Português, à revelia dos podêres constituídos do Rio de Janeiro.

O mecanismo do govêrno provincial funcionava à base de Juntas nomeadas pelo Reino, elegendo a Província representantes seus junto às Côrtes, em Lisboa.

Após a Independência, os presidentes da Província passariam a ser nomeados pelo Rio de Janeiro.

A relativa proximidade de Caiena, Gibraltar, Portugal, Marselha e Nova Iorque, face às ainda maiores distâncias que as afastavam do sul do Brasil, proporcionava a Belém franca atividade em suas relações comerciais diretas, atraindo o interêsse de negociantes estrangeiros e representações diplomáticas de diferentes países.

A grande exportação constava de cacau, arroz, café e algodão. A borracha ainda não havia encontrado sua aplicação industrial. O

interior amazônico produzia anil, cravo, cacau, café, p i a s s a b a, breu, estôpa, farinha de mandioca, castanha, tabaco, couro de animais silvestres, peixe sêco, manteiga de tartaruga e madeiras de construção. A pesca também era desenvolvida nas ilhas do arquipélago de Marajó.

As atividades se distribuíam no âmbito das vastas propriedades feudais caracterizadas, significativamente, pela extração de produtos da floresta e dos rios e a produção de gêneros de subsistência visando à exportação.

A escassa demanda de mão-de-obra livre e remunerada nas áreas de produção e de trabalho, submetia as camadas inferiores da população ao pauperismo generalizado sem poder aquisitivo. Na dependência, pois, de sua limitadíssima capacidade de produzir para consumo próprio.

O escravo negro africano não oferecia maior expressão no quadro racial da extensa província.

O trabalhador nas atividades agrícolas e pastoris, o braçal das c i d a d e s e vilas, o remador, o soldado das milícias era o índio.

Êste sim, constituía a grande e respeitável massa, v i o l e n t a m e n t e recrutada para a e s c r a v i d ã o em sucessivas operações d e captura — os «descimentos» — que arrastavam

tribos inteiras, submetendo-as ao trabalho servil, dominado e dirigido pelo colono branco.

Seguidas leis do Reino e depois, a própria Constituição Imperial, haviam proscrito a escravidão do índio. Mas a província abstinha-se em aplicá-la, contida que era pelos tradicionais padrões de sua estrutura econômica e social, baseada na alienação do trabalho e da própria condição humana do índio como escravo.

A contenção dos silvícolas, sob o regime de aldeias administradas por prepostos do govêrno ou mesmo particulares, como prescrevia o documento normativo denominado «Diretório» (instituído por Mendonça Furtado), alinha-se entre as causas relevantes do processo insurrecional, segundo observa Capistrano de Abreu.

Na verdade, o índio era mantido em condições de escravidão, trabalhando para o «diretor» da aldeia ou para os grandes proprietários a quem eram cedidos. A alegação de que, anteriormente, vinham sendo explorados pelos missionários, quando seus aldeamentos achavam-se entregues à administração dêstes, agravou-se ainda mais pelos excessos e pela impiedade dos novos senhores que, deliberadamente, buscavam exaurir tôda a capacidade produtiva daquela

mão-de-obra obtida de forma tão fácil e vantajosa.

Além do mais, os serviços de demarcação das fronteiras exigiam a participação de grandes contingentes de carregadores, remadores, mateiros, todos mobilizados nas aldeias indígenas. Contribuía isso para o abandono, por tempo indeterminado, das mulheres e filhos e da incipiente agricultura que chegavam a realizar para o sustento da família. Dizimados pelas doenças e azares dessas expedições, muitos não regressavam. Em conseqüência dêsses transtornos, a organização familiar ficava ao desamparo, sofrendo os penosos efeitos do descontrôle social e dos desregramentos de tôda ordem que atingiam a comunidade.

A grande rebelião do chefe índio Ajuricaba, no rio Negro, reprimida pelas sanguinárias chacinas de Belchior Mendes, determinando o extermínio sumário de mais de vinte mil indivíduos, e a dos Mundurucus em Maués, caracterizam o índio amazônico, indômito e rebelado contra a aceitação desumana da escravidão.

Já em 1821, reflexos imediatos da Revolução Liberal do Pôrto, contra o absolutismo, encontravam no Pará, mais do

que em qualquer outra província, repercussão profunda. Todavia, o processo político que se desenvolvia no sul do país e que culminaria com a proclamação da Independência, não achava ressonância na administração do Pará, dominada sempre por Juntas Governativas lusófilas, firmemente empenhadas em isolar-se do govêrno do Rio de Janeiro, dadas suas estreitas vinculações e interêsses com Lisboa.

Um longo período de agitações inicia-se, ligado, a princípio, ao acolhimento e integração da província ao nôvo sistema constitucional vigente em Portugal. Simultâneamente, as facções mais radicais, insatisfeitas ainda com a presença de reinóis no govêrno provincial, passaram a insuflar a opinião pública, propugnando pelo direito dos nacionais gerirem seus próprios negócios.

O sentimento autonomista se espraia e ganha corpo, alimentado pelas contradições e compromissos de sucessivas Juntas inseguras e incapazes de dominarem a situação, ciosas, tão-sòmente, de resguardarem os interêsses da Coroa e dos poderosos senhores da terra e da escravaria.

O clima da Independência gera a inquietação popular que assume proporções alarmantes. As populações do interior, progressivamente, convocadas a participar

das divergências, seja pelos patriotas que desenvolviam sua propaganda com amplitude, seja pelo recrutamento militar compulsório, ordenado pelos Comandantes das Armas e para o qual não havia solidariedade, identificavam-se, pouco a pouco, ao campo que, ideològicamente, encarnava suas mais elementares reivindicações materiais e espirituais: a sobrevivência e a liberdade.

Os acontecimentos que se desenrolaram no sul do país, em setembro de 1822, só encontraram sua manifestação efetiva na longínqua província em agôsto do ano seguinte, sendo então incorporada ao Império.

O processo revolucionário havia porém extravasado em tôda sua amplitude e violência, estimulado pela incompreensão de antigos e poderosos reinóis, grandes proprietários, e pela permanente e continuada persuasão das populações através da demagogia desenfreada dos inconformados.

O Amazonas, então comarca do Rio Negro, embora alimentando aspirações de autonomia que, quando não concedida oficialmente pelo Govêrno Central, era proclamada episòdicamente à revelia do Pará, mantinha-se anexado àquela província. Para tanto utilizava o govêrno de Belém processos escusos de

interceptação de correspondência do Rio de Janeiro para a distante comarca, levando a efeito violentas ações de repressão, tôda vez que a insubordinação buscava concretizar-se Tumultos, incidentes e motins de natureza grave, provocados pelos desmandos de sucessivos prepostos designados para a direção da comarca exacerbavam os ânimos, alimentando ainda mais os rancores políticos e aprofundando os dissídios partidários.

Belém, por sua incontestável posição-chave, exercia com absoluta e inelutável vantagem o monopólio político e comercial de tôda a Amazônia.

Afinal, a participação estrangeira no devassamento da Amazônia.

No decorrer do século dezenove as regiões tropicais do mundo passaram a despertar inusitado interêsse de exploradores e cientistas da Europa e dos Estados Unidos. Atraídos pelo exotismo dessas áreas, primeiro na Ásia e na África, depois na América meridional, homens do melhor quilate intelectual lançaram-se em pesquisas e estudos, empreendendo longas e arriscadas incursões de caráter ostensivamente científico.

Todavia aquelas empreitadas, financiadas e assistidas pelas grandes potências da época, não se limitariam aos interêsses e indagações

especulativas da ciência pura, senão também, a realizar, paulatinamente, profundo e minucioso inventário dos recursos naturais e humanos de extensos e desconhecidos territórios. A expansão colonialista encontrava assim, nessa devassa, seu mais eficiente instrumento de orientação para futuras atuações políticas, diplomáticas e militares.

Os relatos e descobertas daquelas nações, além dos estímulos nacionais que ostensivamente propiciavam no campo científico, facultavam aos respectivos empresários francos e ajustados planos para suas ações expansionistas, em pleno curso.

Inúmeras foram as expedições que transitaram pela Amazônia sob a égide generosa da Ciência Universal, atendendo, porém, veladamente à cobiça incontestável de diferentes potências européias. E episódios de fronteira chegaram a concretizar as pretensões mais ambiciosas da Inglaterra. Na primeira década do século, militares inglêses estabeleciam seus primeiros contatos com os destacamentos luso-brasileiros no Alto-Rupununi.

Interpretação

Do ponto de vista geográfico destaca-se a imensidão da província, o isolamento das pequenas vilas e povoados, a topografia predominantemente «aquática» e de selva e o extraordinário afastamento do centro do Poder político e militar, situado no sul do país.

Interpretando êsse Quadro chegariam os Cabanos às seguintes conclusões parciais :

— Fatôres favoráveis : impossibilidade de atuação de efetivos importantes em ações centralizadas ; exigência de conhecedores do terreno e das peculiaridades da topografia local ; facilidades para a realização de emboscadas, ações de surprêsa e atuação de pequenos efetivos fluviais e terrestres sem exigir maiores conhecimentos militares ; oportunidades para o saque, a pilhagem e o terrorismo contra populações indefesas do interior ; possibilidade de se tornarem «esquecidos», dadas as dificuldades na tomada de providências pelo Poder Central,

muito distante e empenhado também, em outras ações de repressão em pontos, polìticamente, mais importantes do país.

— Fatôres desfavoráveis: a vastidão da área, dificultando a propagação das idéias e restringindo a reunião de maiores contingentes para eventuais ações em fôrça contra centros de resistência mais importantes; dificuldades quanto à manutenção submissa de regiões distantes já conquistadas.

Do ponto de vista econômico e social ressalta o desequilíbrio dos padrões de vida dos grandes proprietários de origem portuguêsa e da massa de origem nacional, agravado pelos desmandos e arbitrariedades dos órgãos do poder e a impossibilidade virtual de acesso dos nacionais à administração pública. Afinal, a aspiração legítima de autonomia e independência que insuflava todo o país.

— Fatôres favoráveis: superioridade numérica das populações pobres de beira rio e, em particular, em tôrno de Belém, onde significativo contingente de escravos exercia as atividades na agricultura e pecuária, além de remadores e pescadores das inúmeras embarcações de transporte e pesca que tinham Belém como pôrto; antagonismo econômico, social, político e étnico entre a massa de

nacionais e escravos e a classe dominante dos colonizadores reinóis.

— F a t ô r e s desfavoráveis : dificuldades quanto ao recrutamento dos quadros dirigentes pelo baixíssimo nível intelectual dos elementos ativos das camadas populares ; carência de recursos materiais de tôda ordem.

No plano internacional, cabe assinalar o interêsse demonstrado por diferentes potências européias no tocante à Amazônia, enviando e x p e d i ç õ e s técnicas e científicas para investigar aquêle mundo remoto.

— F a t o r favorável : o entrechoque de interêsses aguçados pela cobiça internacional na Amazônia.

— Fator desfavorável : a insurreição não poderia esperar nenhum auxílio exterior fora das soluções de compromisso que atentavam contra a soberania nacional e a unidade do Império.

2. Relação entre as fôrças político-militares

O aparelho administrativo, policial e militar à disposição das autoridades constituídas apresentava notórias fragilidades.

A sucessão ininterrupta de Juntas de Govêrno, ora destituídas, sumàriamente, pelo poder central da Regência, ora depostas de forma violenta por sedições populares, dizia bem da grave e declarada crise de autoridade por que atravessava a província e, afinal, o próprio país.

O quadro de oficiais e a própria tropa de linha e as milícias, sem instrução e sem disciplina, imiscuíam-se na política partidária submetendo-se a compromissos facciosos e personalísticos estranhos à orientação governamental. Pronunciamentos e atitudes políticas de chefes militares, que não dispunham do indispensável prestígio profissional em suas corporações pela

indisfarçável incapacidade demonstrada no preparo das mesmas, provocam focos permanentes de levantes e motins. O terreno era pois altamente favorável à infiltração de idéias, a tomada de posições políticas, à atuação facciosa de desagregação das Instituições e ao nucleamento de grupos ativos de sublevação capazes de proporcionar o eventual domínio de pontos sensíveis e a obtenção de armamento susceptível de mudar de mão.

As medidas preventivas e repressivas adotadas pelos governos que se sucediam, sem que primeiro buscassem firmar as verdadeiras bases institucionais dos organismos políticos e militares, constituíam antes, fatôres capazes de se tornarem favoráveis aos insurretos, do que reais e eficientes providências de contenção.

Assim, os freqüentes desarmamentos da tropa de linha e a redução de seus efetivos, visando a eliminar ou reduzir os permanentes riscos de sublevação; a criação de corpos de Guardas Municipais Permanentes, formados, sem enquadramento e sem instrução, pela reunião, na capital, de contingentes, recrutados em diferentes localidades do interior; o próprio recrutamento compulsório, embora amparado em normas legais, visando a reduzir as possibilidades de mobilização voluntária para

os insurretos e, principalmente, atingir seus mais influentes chefes, chamando-os à incorporação nas fôrças do govêrno, não correspondiam aos resultados esperados.

Também os processos de repressão, quando levados a têrmo, não diferençavam daqueles outros adotados pelos promotores e adeptos da ação insurrecional em violência, intimidação e terror contra populações indefesas do interior.

Tudo isso facultava aos insurretos a exploração dessas medidas em proveito próprio pelos compromissos e pela impopularidade que traziam em seu bôjo.

A feição, eminentemente popular do movimento, apoiado na efetiva, mas desordenada e violenta participação das camadas inferiores do povo e em sistemáticos pronunciamentos e sedições da tropa, que não dispunha, a essa altura, dos mais elementares resquícios de hierarquia, disciplina e mesmo capacidade militar, não podia proporcionar, òbviamente, condições para a adoção de organizações regulares, por mais simples que se apresentassem.

Por seu turno, os chefes insurretos, rudes e incultos, mantinham-se, tão-sòmente, graças à instável ação pessoal que exerciam sôbre as massas, das quais haviam emergido, e pela

notável intuição operacional que os inspirava na concepção das manobras, na dosagem dos escassos meios e, afinal, na conduta geral político-administrativa. Buscavam ampliar a área da insurreição adaptando sua conduta operacional às características geográficas do meio, isso com magistral habilidade.

Grupavam-se em bandos, mais ou menos numerosos, que se reuniam e se dispersavam, de acôrdo com os objetivos visados e a importância das bases, eventualmente, mantidas.

Viviam dos recursos locais, habitualmente, retirados dos rios e da floresta.

O peixe, o açaí e a farinha de confecção caseira constituíam, como ainda hoje, a base de sobrevivência de tôda a população pobre da Amazônia. A pilhagem, o saque e os motins da tropa constituíam outros processos de obtenção de recursos, inclusive armamento.

Interpretação

O longo período de agitações que sacudia a província, desde 1821, se apresentaria, do ponto de vista dos insurretos, como:

— Fatôres favoráveis: a formação natural de líderes populares, mais ou menos experimentados na sublevação das massas, na conduta de guerrilhas, nos rios, na selva e nas cidades; o enfraquecimento e a desagregação das organizações militares responsáveis pela segurança da província; oportunidade para a formação de grupos ativos no meio militar, em condições de levarem a sublevação e a desordem ao seio da tropa; o enfraquecimento sensível da capacidade militar da tropa e a segurança do dispositivo pelas medidas adotadas de redução dos efetivos e armamento, recrutamento e processos de repressão.

— Fatôres desfavoráveis: estimulou as massas na aquisição de hábitos de violência, pela apropriação, pela destruição e pelo

extermínio, dificilmente controláveis; baixo nível intelectual dos chefes insurretos e despreparo militar e administrativo para a consecução dos objetivos.

3. A Vontade de Lutar

As contradições do meio proporcionavam aos insurretos decidido e vantajoso apoio da população. A despeito do sentimento de terror que inspiravam, foram êles dispondo, pouco a pouco, de contingentes convocados na capital e no interior, ostensivos ou não, e que lhes proporcionavam uma infra-estrutura de apoio. As vilas e povoados ameaçados, mesmo após oferecerem eventual resistência, acabavam por solidarizar-se com a insurreição.

As providências violentas de repressão — o confinamento pelo recrutamento, prisão ou exílio, e mesmo a morte de seus chefes e os reveses militares — não eram bastantes para prejudicar ou arrefecer o espírito de sacrifício e a determinação dos insurretos, dispostos que estavam a aceitar a luta nos têrmos de violência que êles mesmos impunham ao adversário.

Tudo leva a crer, que essa determinação levada ao paroxismo da violência, haja atingido grau suficiente de «tensão de ruptura»

em vários setores, pela exacerbação total de diferentes complexos, tais como:

— O poder e c o n ô m i c o dos grandes proprietários rurais nas chamadas «Fábricas Nacionais» ou «Roças Comuns», organizações criadas com a instituição do Diretório e que v i s a v a m, sub-reptìciamente, assegurar a exploração do índio em condições servis e submetidos a ilimitada crueldade em flagrante descaso a expressas leis do Reino e depois à própria Constituição Imperial.

— A inviabilidade de acesso às posições de govêrno por parte dos nacionais, desejosos de participar da administração e dos interêsses públicos.

— O antagonismo virulento e declarado contra os portuguêses e que estremecia todo o Império.

— A desvinculação da Província do Pará em relação ao sul do Brasil, seu alheamento político e social aos movimentos nacionais e o temor de persistir em relação a Portugal em situação idêntica ao Canadá em relação à Inglaterra, leva a rejeitar todo e qualquer auxílio e tutela.

Quanto ao Amazonas, alimentava, ainda mais, a i n a c e i t a ç ã o das condições de subordinação política e administrativa ao Pará em virtude de sua anexação.

— Afinal, o complexo de igualdade étnica, no caso, a opressão exercida pela poderosa minoria dos reinóis sôbre a raça nacional majoritária, em seu considerável contingente de caboclos e índios mansos.

— O clero e a maçonaria, esta última organizada e atuante em favor dos reinóis, aquêle proporcionando destacados líderes para ambos os lados, impuseram, em episódios sugestivos, «tomadas de posição» vinculadas ao prestígio dos personagens e às convicções religiosas do povo.

O que não resta dúvida, é que a exaltação da agressividade polarizou-se na trama de todos êstes complexos de reivindicação econômica, de melhoria social, de xenofobia, de libertação, de nivelamento étnico e, episòdicamente, de convicção religiosa, na incapacidade e na impotência da autoridade constituída em resolver as injunções, agravando-as, pelo contrário, levada pelo arbítrio e a inadequação dos meios coercitivos.

Interpretação

Quanto à Vontade de Lutar dos insurretos, alinham-se como :

— Fatôres favoráveis: a «tensão de ruptura» atingida pelos diferentes complexos; a aceitação da luta nos mesmos têrmos de violência imposto ao adversário.

— Fatôres desfavoráveis: a conduta extremada das massas e a progressiva perda de contrôle das mesmas, alarmando os chefes mais moderados do movimento e as populações eventualmente ameaçadas.

4. Conclusões

Um Estudo de Situação da Província do Pará, em 1835, levaria os Cabanos a concluírem :

— O Pará era uma província vastíssima, de complexa feição geográfica, mais próxima da Europa do que do centro de poder político e

militar do país, e, também, bastante afastada dêste último.

— E s c a s s a m e n t e habitada por uma população paupérrima de nacionais e índios escravizados, e sofrida de longos anos de agitações e violências, a p r e s e n t a v a sua estabilidade administrativa e social sèriamente comprometida.

— O adversário — as a u t o r i d a d e s administrativas, políticas e militares — pelas vinculações, compromissos e p r o p ó s i t o s encarnava a prepotência social, o monopólio político-administrativo e a opressão do poder econômico, ainda nas mãos dos estrangeiros colonizadores.

— A natureza do sistema colonial chocava-se com a, ainda que incipiente, tomada de c o n s c i ê n c i a do povo subjugado, que reivindicava instituições livres, cujos princípios, afinal, havia apreendido n a s aspirações liberais do próprio colonizador.

— Um movimento eminentemente popular não disporia de organização estável, capaz de permitir uma ação coordenada. Ao contrário, contaria mais com as f r a g i l i d a d e s das instituições de govêrno e do aparelho policial-militar e as p o s s i b i l i d a d e s destas se t r a n s f o r m a r e m em fatôres favoráveis à insurreição.



II - Evolução dos Acontecimentos

AS MODESTAS proporções dêste trabalho e o objetivo a que nos propusemos — «uma aplicação» do método de análise dialética da Guerra I n s u r r e c i o n a l — não implicam, necessàriamente, na descrição pormenorizada de todo o contexto das obras compulsadas para a elaboração do estudo em seus aspectos essenciais.

Daí adotarmos para a descrição que se segue transcrições, tanto q u a n t o possível, condensadas da excelente «História Militar do Pará», do Coronel LUIZ LOBO e para os episódios desenrolados no Amazonas, do livro «O Amazonas — sua História», de ANÍSIO JOBIM.

Todavia estiveram sempre presentes os autores indicados na pequena bibliografia final.

1. Os Chefes

Chefes Cabanos :

— BATISTA CAMPOS (João Gonçalves) — Cônego audaz, bravo, aventureiro e ambicioso. Jornalista exaltado e demagogo violento. Dirigiu o jornal «O PARAENSE» e colaborou ativamente no «SENTINELA MARANHENSE NA GORITA DO PARÁ».

Gozava de largo prestígio e mesmo autoridade junto à indisciplinada tropa e exercia poderosa influência sôbre as massas populares.

Aparentemente, contraditório em suas atitudes, compreendia porém, perfeitamente, a situação, ora apoiando as hostilidades contra a política da Regência, ora intrigando as classes abastadas contra o govêrno provincial, sob a acusação de pretender êste libertar os índios, ainda escravos.

— VINAGRE (Francisco Pedro) — O mais velho de três irmãos (Antonio e Manoel) jovens

lavradores do rio Itapicuru e que foram as mais notáveis figuras da insurreição. Inculto mas inteligente, intrépido, robusto e muito disposto, identificava-se com a massa e suas aspirações e na conduta violenta dos processos de atuação terrorista em que se destacava seu irmão Antonio. Sem nenhum conhecimento militar, porém extraordinàriamente corajoso e astucioso, conduzia com notável habilidade e energia a guerra de guerrilhas, os golpes-de-mão e outras ações arriscadas, graças a seus minuciosos conhecimentos das peculiaridades do terreno e da própria cidade de Belém.

— ANGELIM (Eduardo Nogueira) — Jovem cearense contando apenas vinte poucos anos quando foi aclamado 3.º e último presidente cabano.

Completamente dedicado à causa que considerava sagrada, era um lutador ardente, corajoso e tenaz. Identificava-se à massa popular que o consagrara como líder, sem contudo partilhar dos desmandos aos quais se opôs com energia e desprendimento, quando no exercício do govêrno. Conduzia com notável desembaraço as ações de seus escassos meios na guerra irregular, principalmente no interior da cidade de Belém.

— MALCHER (Félix Antonio Clemente) — Antigo Alferes da tropa de linha envolvido,

desde o início, nas articulações políticas. Foi o primeiro presidente cabano. De caráter sombrio e impetuoso era severo, chegando à perversidade. Irritável, espírito pouco cultivado e de atitudes dúbias.

Chefes Legais :

LÔBO DE SOUZA (Bernardo) — Homem enérgico, opinoso, agitado e intempestivo. De visão estreita e inábil na conduta política dos acontecimentos. Assumiu a presidência da província em dezembro de 1833, sendo eliminado de forma brutal em janeiro de 1835.

— Marechal MANOEL JORGE (Rodrigues) — Velho chefe português cauteloso e refletido. Via-se sem recursos para impor sua autoridade e assegurar a eficiência das medidas que a situação exigia. Empenhou-se porém com iniciativa e coragem, sendo destituído dos cargos que ocupava com sacrifício de maneira surpreendente e precipitada, considerando seu passado militar e o alto pôsto que atingira.

— Brigadeiro SOARES DE ANDRÉA (Francisco José de Souza) — Enérgico, disciplinador, decidido, competente e capaz como soldado e administrador. Compenetrado da instrução da tropa e inflexível mantenedor

da ordem e da disciplina. Meticuloso em seus processos de administração e de govêrno. Conduzindo suas ações com vigor, energia e exemplar habilidade.

2. Os acontecimentos

— O Govêrno de Lôbo de Souza:

A 4 de dezembro de 1833 assume a presidência da província o Doutor Bernardo Lôbo de Souza e o cargo de Comandante das Armas o Tenente-Coronel Joaquim José da Silva Santiago.

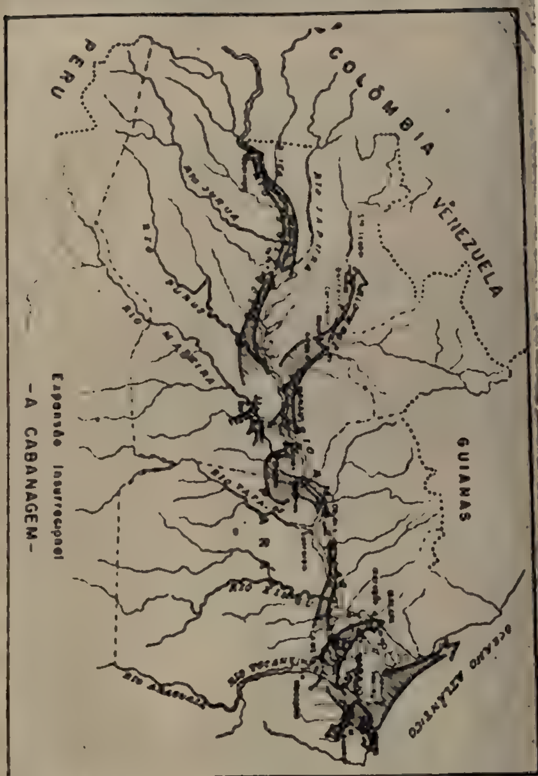
O episódio é relevante, pois que, seu antecessor, o desembargador José Mariani, nomeado um ano antes, nem mesmo lograra desembarcar em Belém para empossar-se, obstado que fôra pelos eventuais detentores daqueles cargos, os Coronéis Machado e Seára, envolvidos na conduta política dos acontecimentos, sujeitos à orientação dominante de Batista Campos. Era evidente o declarado estado de anarquia reinante no Pará. Lôbo de Souza iniciou seu govêrno disposto a acalmar a indisposição reinante, sem contudo descurar das providências militares que garantissem o exercício da autoridade e a aplicação da lei e da ordem.

Assim, procurou executar a lei da anistia como medida persuasiva na redução dos contingentes insurretos e, ao mesmo tempo, determinava o recrutamento compulsório para preencher os claros dos corpos de linha, incidindo, inclusive, em destacados chefes da insurreição, como foi o caso de Angelim.

Reforçou o armamento das duas corvetas estacionadas em Belém e o da Fortaleza da Barra, como também aquêle distribuído aos guardas municipais e à legião da Guarda Nacional. Convocou para reforçar a guarnição de Belém 480 guardas nacionais dos corpos dos distritos vizinhos de Bujaru, Acará, Moju, Abaeté e Muaná.

Todavia, sua inabilidade no incidente com o bispo D. Romualdo de Souza Coelho a propósito de uma Carta Pastoral, na qual aquêle prelado condenava a Maçonaria, foi suficiente para provocar uma «tomada de posição» reativando as paixões aparentemente arrefecidas.

Lôbo de Souza acusava o bispo, figura respeitável e espírito reconhecidamente conciliador, de pregar «doutrina subversiva» através de sua Pastoral. Em conseqüência, proibiu a divulgação, ameaçando seu autor de prisão. D. Romualdo, de acôrdo com sua conduta pacífica, aquiesceu. Muito embora se



Expansão Insurrecional

-A CABANAGEM-

apercebesse, posteriormente, o governador, do juízo precipitado e da violência que praticara, prosseguiu desmandando-se em ameaças.

Inconformado, o cônego Batista Campos publica a referida Pastoral nas páginas de seu jornal, sem a autorização do bispo. Os acontecimentos se precipitam e o governador ordena a prisão de Batista Campos e seus partidários.

O popular cônego refugia-se no Acará, na fazenda de Malcher, reunindo-se a êste e aos irmãos Vinagre e Angelim.

Inicia-se violenta atividade de propaganda e proselitismo através de proclamações redigidas por Batista Campos contra o govêrno.

Malcher, os Vinagre e Angelim prosseguem a reunião de adeptos no Acará. A 19 de outubro de 1834 envia o govêrno uma expedição sob o comando do 2º Comandante dos Municipais José Maria Nabuco, composta de guardas municipais e nacionais, para eliminar o foco de agitação instalado na fazenda de Malcher.

Surpreendido na madrugada de 22 por elementos sob o comando de Vinagre e Angelim, o comandante Nabuco viu sua fôrça destroçada e êle mesmo, depois de prêso, assassinado por Angelim, que assim se

vingava de quem o prendera por ocasião de seu recrutamento.

Lôbo de Souza conheceu a extensão do desastre por intermédio de um prisioneiro que se evadira.

Reuniu, então, sob os comandos respectivos do Coronel Falcão e do Capitão-de-Fragata James Inglis cêrca de 300 homens, entre soldados e marinheiros, todos embarcados em cinco embarcações.

Na tarde de 24 partem para o Acará.

O Coronel Falcão é morto numa emboscada e o Major Monte Rozo, que assume o comando da fôrça terrestre, desembarca a 28, próximo à fazenda de Malcher, encontrando-a abandonada. Os insurretos haviam se dispersado pelos rios Castanhal, Itapicuru e Guamá. Comunicando-se com o comandante Inglis o major Monte Rozo incendeia a fazenda e inicia a perseguição ordenada pelo governador depois de conhecer aquêles sucessos.

A 3 de novembro, após um encontro Manoel Vinagre é morto e Malcher e seu filho feitos prisioneiros, além de grande número de insurretos, todos recolhidos a Belém.

Em Acará permanece uma fôrça de Permanentes apoiada por uma escuna e três lanchões.

Lôbo de Souza continua a tomar providências.

Manda recolher todo o armamento da tropa que não lhe inspirava confiança. Determina que 100 homens de cada um dos batalhões da Guarda Nacional de Muaná, Bujaru e Capim fôssem deslocados para Belém, substituindo a tropa de linha da guarnição.

Organiza ainda uma vigilância fluvial com quatro embarcações de porte, e reforça a guarda fluvial do rio Acará. Determina o recolhimento da pólvora e munições do depósito do Uaurá aos navios de guerra. Repara a artilharia das fortalezas e ativa a aquisição de armamento e correame na Inglaterra. Convoca os oficiais reformados do Exército e os da reserva da Guarda Nacional para as rondas na cidade.

Modifica afinal o antigo sistema de recrutamento por distritos, efetuados pelos juízes de paz, designando executores de sua confiança e devendo a convocação incidir sôbre os indivíduos mais aptos, independente dos distritos, tendo em vista recompletar os claros da tropa de 1.ª linha.

Em que pêse o acêrto de várias dessas medidas, particularmente na esfera militar, sua execução repousava na honestidade de propósitos e na disposição enérgica dos

escalões subordinados. Tal não acontecia porém.

A arregimentação de sediciosos, principalmente soldados de tôdas as corporações, os conluios, defecções e compromissos de parte da oficialidade estimulada e desenvolvida por Angelim, pelos Vinagre e por partidários de Batista Campos era levada a efeito em ritmo crescente sob clima de exaltação.

A 6 de janeiro de 1835 reúnem-se os insurretos em três regiões nos arredores da então cidade de Belém. No mato do Cocoalino (atrás do atual presídio São José), sob o comando de Francisco e Antonio Vinagre, na estrada para o arraial de Nazaré (na altura do atual largo da Memória) e no fim da estrada da Pedreira.

Às primeiras horas do dia seguinte a coluna de Vinagre penetra na cidade e assalta o quartel onde se alojavam os Caçadores e o Corpo de Artilharia no Largo do Quartel (atual praça Saldanha Marinho).

O Major Caetano Alberto e o Capitão Manoel Gomes Varela facilitam a operação sublevando aquelas unidades que êles mesmos comandavam.

Os insurretos apoderam-se de todo o material e senhores do quartel destacam

patrulhas para guardar as ruas que desembocam naquele Largo.

Sôbre o Largo do Palácio (atual praça Pedro II) marcham os outros dois grupamentos da estrada de Nazaré e da Pedreira. Assaltam o palácio e a residência do comandante das armas. Matam êste último quando tentava escapar no Largo de São João.

Vão à cadeia (na atual rua João Alfredo) soltando os presos, armando-os e municiando-os. Prosseguem em suas ações de destruição e morte até o Pôrto do Sal. O comandante Inglis também é morto.

O presidente Lôbo de Souza, abandonando o asilo junto da residência do Coronel Geraldo Abreu, regressa corajosamente ao palácio, sendo afinal atingido e morto pelo índio Domingos Onça.

Às onze horas, ainda do mesmo dia 7, Malcher, tirado da prisão, faz-se aclamar presidente da província pela mesma massa enfurecida que arrastando os cadáveres de Lôbo de Souza e do Coronel Santiago para a Casa das Canoas (atual Necrotério) permanecia durante sete horas profanando os despojos de suas vítimas.

— O 1.º Govêrno Cabano — Malcher :

Malcher empossou-se na presidência

perante a Câmara Municipal e Francisco Pedro Vinagre assumiu o cargo de Comandante das Armas.

As fôrças da Marinha que se achavam em Belém — seis navios de guerra, uma corveta, um brigue, três escunas e um iate — julgaram-se incapazes de combater o movimento. Seus comandantes entenderam mais acertado aceitar o fato consumado, reconhecendo as novas autoridades que se declaravam dispostas a manter a província vinculada ao Império e ainda fiéis ao imperador, resolvidas porém a conservarem-se no poder até à maioridade.

Muito cedo o presidente Malcher percebeu a alternativa em que se encontrava e para a qual havia contribuído. A desordem generalizada dominando completamente o povo e comprometendo de forma irremediável as instituições permanentes. Às medidas indispensáveis de contenção para o exercício elementar de govêrno contrapunha-se o processo revolucionário que agora se espraiava com tôda a sua carga de paixões, ódios e vingança.

As dissensões surgiram inevitáveis entre Malcher, de um lado, e os Vinagre e Angelim do outro. Já agora o Comandante das armas e

seus partidários exploravam a eventual impopularidade das atitudes do presidente.

Malcher prevenindo-se tratou de estabelecer núcleos de defesa, retirou as tropas de artilharia e infantaria que haviam a princípio ocupado o palácio e o convento do Carmo reunindo-as no Forte do Castelo.

Julgou-se então bastante forte para jugular a atuação de seus adversários.

Sem o conhecimento de Francisco Vinagre, Comandante das Armas, manda no dia 19 de fevereiro, cercar com fôrça de linha a casa onde se achava Eduardo Angelim, prendendo-o.

Vinagre considerando-se atingido em sua autoridade funcional reúne a tropa de linha no quartel das Mercês, onde se achava o arsenal, armando-a e municiando-a. Artilha sua posição com quatro canhões, reforçando-a com mais 200 homens do capitão Francisco Macedo e pelos grupos dirigidos por Antonio Vinagre e outros, inclusive oficiais.

Malcher disposto a assegurar sua autoridade de govêrno e conhecendo a vocação de violência de seus adversários, instala-se no Forte do Castelo, reunindo permanentes, guardas nacionais e populares adeptos de seus propósitos. Reforça sua

posição em terra com oficiais e marinheiros das guarnições dos navios de guerra.

Ainda Malcher toma a iniciativa das ações lançando uma coluna de 300 homens sob o comando do Alferes Gonçalves Campos para atacar a posição de Vinagre no Largo das Mercês, apoiando-a com patrulha de menor efetivo.

Às 11 horas dêsse mesmo dia 19 de fevereiro a vanguarda da coluna é dizimada quando toma contato com a posição, sendo o grosso batido por cerrado fogo de artilharia de Vinagre. Batido no primeiro encontro o Alferes Campos ordena a retirada de sua fôrça, conduzindo Vinagre imediata perseguição até conseguir estabelecer o cêrco da posição do Castelo para onde haviam refluído os remanescentes da coluna.

Às 15 horas Vinagre ocupava os edifícios do Seminário e casas fronteiras ao Hospital (atual 5ª Cia. de Guardas) bloqueando tôdas as saídas com exceção do rio.

Vendo-se cercado e fortemente hostilizado pelo fogo partido dos edifícios vizinhos ao Forte, Malcher, na noite de 19 para 20, retira-se para bordo da fôrça naval deixando a posição em terra sob o comando do 1º Tenente da Armada Costa Cabedo.

Determina o refôrço da posição do Castelo com outros contingentes de marinheiros de navios de guerra e mercantes.

Afinal decide bombardear com os canhões dos navios as posições do Arsenal (Largo das Mercês) e do Palácio do Bispo e Seminário, causando grandes estragos e avultado número de vítimas, principalmente entre seus próprios correligionários defensores da posição contígua do Forte do Castelo.

Êsses efeitos ampliam as defecções nas fileiras governamentais, sem maiores convicções pelo sacrifício a que se propunham.

Malcher tenta negociar através de Eduardo Angelim, então seu prisioneiro. Todavia a trégua é rompida aproveitando-se Vinagre para consumar violentamente a conquista e posse da posição do Castelo, eliminando tôda a resistência. Uns poucos conseguiram escapar lançando-se ao rio. O 1.º Tenente Cabedo morre no comando de sua posição.

A 21 de fevereiro de 1835, Francisco Pedro Vinagre é aclamado presidente da província e Comandante das Armas.

A prisão de Malcher foi consumada graças à traição de seu mais próximo colaborador e mentor de variados atos de sua conduta.

Quando transportado para a Fortaleza da Barra, Malcher é assassinado, recebendo seus despojos o mesmo tratamento desrespeitoso e selvagem proporcionados aos de seu antecessor Lôbo de Souza.

— O 2.º Govêrno Cabano — Vinagre :

Via-se agora Francisco Pedro Vinagre na chefia do govêrno galgada na crista de uma insurreição cujos paroxismos de exacerbação de ânimos, de violência incontida, de desordem, sedição e descontrôle social haviam contado com sua decidida e atuante contribuição.

A despeito de seus esforços para restabelecer o império da autoridade e promover condições mínimas para o exercício da administração nada conseguia.

Seu irmão Antonio, a quem foi entregue o comando do Forte do Castelo empolgava, pelo exemplo, a massa descontrolada de extremados, primários em seus ódios e vinganças pessoais.

Francisco Vinagre demonstrando disposição ao retôrno à legalidade manda proceder à eleição da Assembléia Provincial, declarando que entregaria o govêrno, que se dizia no exer-

cício interino, ao cidadão mais votado naquelas eleições.

Como providências militares Vinagre determinou guarnecer o Trem (Arsenal das Mercês) com guardas nacionais. Organizou em três companhias os permanentes criados em 1831 para elevar a 300 o número de suas praças.

Temendo a reação natural de seus atos mandou proceder o desarmamento da tropa de linha e dos populares e buscou explicar sua conduta através de proclamações.

O resultado das eleições de 7 de abril de 1835, deu como o mais votado o Dr. Angelo Custódio Corrêa de Cametá.

A notícia de todos êsses acontecimentos chegou ao Rio de Janeiro em fins de março e, um nôvo presidente, o Marechal Manoel Jorge Rodrigues, foi nomeado, acumulando o cargo de Comandante das Armas.

O Chefe-de-Divisão João Taylor foi nomeado comandante da divisão naval, seguindo imediatamente com uma fragata, uma corveta e uma escuna.

Tendo em vista porém assegurar a posse do Dr. Angelo Custódio eleito pela Assembléia Provincial o presidente do Maranhão antecipou-se, enviando ao Pará uma fôrça de 600

homens, embarcada na fragata «Imperatriz», sob o comando do Capitão-Tenente Pedro da Cunha e um brigue.

Pressionado pelo clima dominante Vinagre procurou sub-reptìciamente eximir-se dos compromissos assumidos. Para tanto determinou o desarmamento de alguns navios de guerra e a substituição dos comandantes que não lhe mereciam confiança.

Simulando sua disposição de entregar o govêrno ao Dr. Angelo Custódio que ainda se achava em Cametá, Francisco Vinagre convida-o a dirigir-se a Belém e, ao mesmo tempo, prepara uma emboscada a meio caminho com embarcações armadas. Todavia, o precavido Comandante Pedro da Cunha, bem compreendendo a situação de compromisso do govêrno insurreto, dada a exaltação popular ampliada, até mesmo, pela presença de sua fôrça naval e a duvidosa disposição de Vinagre para cumprir o disposto, antecipa-se mandando a Cametá uma forte escolta para transportar o vice-presidente eleito.

Mantém ainda Pedro da Cunha seus navios ao largo e a fôrça de desembarque reforçada por contingentes vindos de Bujaru, Abaeté e Acará pronta para entrar em ação.

A 8 de maio Angelo Custódio chega à baía de Guajará, embarcando na fragata «Impera-

triz», ao largo de Belém. Sua escolta havia desbaratado a emboscada preparada por Vinagre, próximo à ilha de Burajuba.

A essa altura dos acontecimentos já se tornavam ostensivos os propósitos de Vinagre. Decidiu então Pedro da Cunha realizar um desembarque à viva fôrça para conquistar Belém.

No dia 12, após o bombardeio dos pontos fortificados e a destruição do Forte de São Pedro Nolasco partiu a fôrça de desembarque, em escaleres e canoas, sob o comando do Major Aires Carneiro. Alcançando a Alfândega destacou a fôrça quatro colunas, duas das quais atacaram o Trem (Arsenal) no Largo das Mercês, marchando as outras duas sôbre as posições do Largo de Santo Antonio. O grosso da fôrça porém permaneceu na praia, sem ligação com os elementos de primeiro escalão.

Assim, êstes, após atingirem seus objetivos, a despeito da violenta oposição encontrada, viram-se isolados sem o indispensável apoio do grosso.

Refeitos os insurretos e tendo suas fileiras engrossadas não só pelos contingentes populares que apropriavam-se das armas dos que caíam e pelas defecções de guardas nacionais que se passavam levando armas e munições, retomam a iniciativa que coincide com a ordem

de retirada determinada pelo major-comandante da expedição. A perseguição é levada a efeito impiedosamente, determinando ainda Vinagre o bombardeio das unidades navais com grande resultado.

Impossibilitado de desembarcar, Angelo Custódio retira-se para Cametá, a bordo da escuna «Bela Maria», que ali pemanece estacionada. O comandante Pedro da Cunha considerando sua posição face a Belém insustentável, retira no dia 16 suas fôrças para a baía de Santo Antonio, estabelecendo uma enfermaria na ilha de Tatuoca, dado o grande número de feridos.

Nessa situação irá encontrá-lo o Marechal Manoel Jorge Rodrigues, nôvo presidente nomeado pela Regência, e que trazia consigo uma ala do Batalhão de Caçadores do Maranhão. O Chefe-de-Divisão Taylor assume o comando de tôda a fôrça naval.

A 21 de maio tôda a fôrça fundeia frente a Belém e Francisco Vinagre apressa-se em transmitir suas disposições ao Marechal Manoel Jorge, sendo o nôvo presidente tranqüilamente empossado.

Por êsse tempo a agitação já havia se alastrado pelo Amazonas (Comarca do Rio Negro). As populações do baixo Amazonas eram as mais atingidas pelas violências e pela

desordem geral reinante no Pará. A anarquia prolonga-se, remonta o Solimões até Tabatinga e pelo Rio Negro até Santa Isabel.

Os episódios de janeiro em Belém, culminando com os assassínios de Lôbo de Souza e do Coronel Santiago, levaram o Conselho Municipal de Manaus a solicitar auxílio aos distritos e vilas vizinhas, convocando-os para a defesa e concitando-os a reagir face à agressão iminente dos cabanos.

Luzéia (Maués) e outras vilas organizam suas defesas dispostas a resistir.

Da vila de Bararoá (Tomar) no Rio Negro iniciou-se uma convocação geral dos habitantes das regiões ameaçadas, dirigida e estimulada pelo cidadão Ambrósio Aires. Dispondo de notável capacidade de liderança Aires organizou uma expedição, no que foi apoiado pela Câmara de Miuriuá (Barcelos), e desloca sua fôrça improvisada sôbre Icuipiranga (próximo a Óbidos) onde os cabanos se concentravam a despeito da resistência oferecida tenazmente pelo cônego Sanches Britto.

Os insurretos haviam remontado o rio Tapajós, alcançando em seguida o rio Amazonas pela via de Luzéia (Maués). Esta vila não suportou a invasão. Apesar da oposição oferecida acabou aderindo como o fêz Parintins.

Também Silves, após grande resistência, entregou-se ao adversário. Borba, no Madeira, resistiu heròicamente.

No dia 6 de março de 1835, a vila de Manaus é cercada por fôrça superior a mil homens, sob as ordens de Bernardo Sena. Regressava assim êste, após ter sido libertado por seus correligionários no baixo Amazonas, quando era conduzido prêso para Belém. A cidade foi assaltada sem que seus moradores oferecessem maior resistência, mesmo por que eram grandes as defecções para o interior e para as linhas cabanas.

No dia imediato a Câmara Municipal declara-se solidária aos insurretos. Todos aderiam aos vencedores. Nas vilas vizinhas, porém, pronunciava-se a reação e Ambrósio Aires continuava convocando defensores da ordem e combatendo ao longo do rio Negro as incursões dos cabanos sôbre Airão, Moura, Carvoeiro, Miuriuá (Barcelos), Bararoá (Tomar) e Santa Isabel (Tapuruquara).

— O govêrno do Marechal Manoel Jorge Rodrigues :

A convulsão dominava a província. Os reduzidos recursos militares (metade de um Batalhão) trazidos pelo nôvo presidente pouco significavam. Os efetivos da tropa já existente

— o 5º Corpo de Artilharia e os 4º e 5º Batalhões de Caçadores — não somavam 100 homens e a fôrça naval não dispunha de pessoal nem mesmo para guarnecer seus navios. E, todos, profundamente atingidos no moral, quando não, minados pela indisciplina.

Cêrca de três mil armas, inclusive canhões, retirados do Trem (Arsenal) desde 1833 andavam nas mãos dos insurretos sem o menor contrôle.

Por outro lado, a própria nomeação do velho Marechal Manoel Jorge era considerada «portuguesada», dando ensêjo à exploração de preconceitos raciais e estimulando a aversão já declarada ao colonizador.

A conciliação simulada por Francisco Vinagre seria episódica visando mais assegurar aos insurretos a retirada para o Acará, da maioria dos meios existentes na capital, inclusive artilharia, tudo sob a direção de Antonio Vinagre.

Fortificados no Acará, os cabanos assaltam, dias após, a Vila de Vigia cometendo tôda sorte de barbaridades.

Conhecendo da participação de Francisco Vinagre determinou o Marechal Manoel Jorge sua prisão, levada a efeito juntamente com mais duzentos partidários seus, sendo todos embarcados prisioneiros.

Vendo infrutíferos seus apelos de socorro solicitados ao Rio, Maranhão, Ceará e Pernambuco e até mesmo aos navios de guerra estrangeiros o Marechal Manoel Jorge dispôs-se a resistir na defesa de Belém contando com seus próprios e escassos recursos.

Melhorou as condições de defesa do Trem (Arsenal) entregando-a ao Corpo de Artilharia até então estacionado no palácio; fortificou o Seminário e o hospital militar (atual 5ª Cia. de Guardas) no Largo da Sé para garantir o Forte do Castelo dos tiros de flanqueamento. Abriu trincheiras na retaguarda do palácio e determinou previsões para guarnecer o Arsenal de Marinha e o Forte de Santo Antonio. Dobrou a ronda e patrulhas na cidade e destacou um navio para guardar a foz do rio Acará, ponto de passagem obrigatória dos insurretos.

Os cabanos reuniam na fazenda Itabocas, no rio Moju, um efetivo aproximado de 2.500 homens, muitos dos quais desarmados.

Decidiram êles atingir a cidade pelo rio desembarcando nas matas de Murutucu (atual Instituto Agronômico do Norte).

Em seguida, articular-se-iam em três colunas. A mais importante, comandada por Antonio Vinagre teria como objetivo o Trem (Arsenal) do Largo das Mercês e todos os pontos fortificados do bairro da Campina. A segunda,

sob o comando de Eduardo Angelim atacaria o palácio do presidente e a terceira de Gavião, realizaria uma ação sôbre o Arsenal de Marinha e as fortificações do bairro da cidade (cidade velha).

A natureza essencialmente improvisada da tropa cabana não se ressentia tanto da exigüidade de meios. Suas fileiras eram constituídas de homens sofridos na pobreza de alimentação e do vestuário, dispondo apenas de uma invariável vocação para aquêle tipo de luta altamente favorecidos pela larga experiência adquirida em inúmeras ações.

A eventual limitação do armamento disponível levava-os a adotar um dispositivo em que o pessoal desarmado marchava à retaguarda em condições de substituir imediatamente os camaradas de primeiro escalão que tombassem de armas na mão.

Tal era a disposição moral dos cabanos.

— A conquista de Belém :

Na madrugada do dia 14 de agôsto de 1835, burlando a vigilância dos navios, os insurretos desembarcam nas matas de Murutucu e o grosso se desloca para o arraial de Nazaré (atual praça Justo Chermont).

Alertado por um morador ribeirinho, o Marechal Manoel Jorge lança sôbre o arraial de Nazaré uma coluna de 200 homens de artilharia e Caçadores, sob o comando do Capitão Jerônimo Rodrigues, seu filho.

A vanguarda estabelece contato no Largo da Memória (atual, na avenida Nazaré) e o grosso alertado entra em posição, bombardeando o arraial. Cerrando sôbre a posição insurreta ao alcance das armas portáteis a fôrça legal é varrida por intenso fogo, recuando.

Percebendo a indecisão, Angelim, enquanto continua a pressionar de frente a fôrça legal em seu retraimento, lança duas colunas suas, uma pela estrada São Jerônimo (atual avenida) e outra pela do Cemitério (atual Avenida Gentil Bitencourt) buscando atacá-la pelos flancos e cortar-lhe a retirada no mesmo Largo da Memória, onde se iniciara o contato.

Todavia a coluna legal conseguiu escapar ao cêrco, sendo acolhida por outra fôrça que veio em seu auxílio, instalando-se afinal no palácio.

Angelim porém não cessara a perseguição. Sendo hostilizado por violento fogo partido do palácio e temendo uma ação em sua retaguarda vinda do Quartel da Artilharia (atual QG-8ª RM), retraiu até a travessa São Mateus. Entrou naquela praça (Saldanha Marinho) e sob


MARAJÓ
OCEANO ATLÂNTICO
RIO PARÁ
BELÉM


BAIA DO
GUAJARÁ
ARSENAL DE MARINHA
Reconstituição aproximada
da cidade de
BELÉM

intenso fogo investiu e tomou de assalto o quartel da artilharia. A tropa que o guarnecia fugiu pela rua São João para o palácio do govêrno.

A coluna de Gavião não encontrou resistência no Arsenal de Marinha e tomou-o.

Marchou, em seguida, sôbre o convento do Carmo, batendo a tropa do Arsenal que para ali refluíra, dispersando-a totalmente.

O objetivo principal — o Trem (Arsenal do Largo das Mercês) — cabia à coluna de Antonio Vinagre.

O diretor do Arsenal, Capitão Joaquim Andrade, organizara sua posição para a defesa contando apenas com 30 soldados e 50 civís. Estabeleceu uma ligação por água com a fragata «Imperatriz» que se achava ao largo.

Quando observava a posição para dispor suas fôrças para o ataque, Antonio Vinagre é morto por um atirador de tocaia. O pânico se generaliza nas fileiras cabanas, sendo porém oportuna e vigorosamente dominado pela chegada de Eduardo Angelim que assume então a direção geral do movimento.

Na noite de 14 para 15 Angelim procurou ocupar as casas dos Largos das Mercês e do Palácio que favoreciam as ações sôbre os objetivos visados.

O Marechal porém não esmorece. Determina a retomada do quartel de artilharia, perdendo seu filho nesta ação, mas conseguindo expulsar o inimigo da posição. Determina em seguida uma operação de limpeza nas casas vizinhas e tenta expulsar os insurretos do convento do Carmo. Todavia a escassez dos efetivos legais não permite guarnecer as posições conquistadas. Assim as casas, tão logo abandonadas são novamente ocupadas pelos cabanos. Desta forma Angelim vai pouco a pouco estabelecendo um cêrco, cada vez mais apertado, em tôrno das posições ainda em mãos do govêrno.

Ocupando casas próximas abre comunicações interiores ligando-as entre si, a coberto da observação e dos fogos legais. Realiza a guerrilha em tôda a sua plenitude, desgastando as diminutas fôrças do govêrno e reduzindo cada vez mais a área dentro da qual podiam mover-se.

Nos locais mais adequados Angelim mantinha nucleados pontos fortes bem comandados e armados para realizar incursões e contra-atacar. Reservou afinal aquêles mais dispostos e decididos para a ação principal contra o Trem (Arsenal do Largo das Mercês).

O dia 16 de agôsto foi escolhido para o assalto.

Articulou Angelim seu dispositivo em duas colunas. A primeira para atacar o Largo das Mercês cobrindo-se face a rua de Santo Antonio e dos Mercadores (João Alfredo) contra elementos que marchassem do Palácio em socorro do Trem. A segunda, que iniciaria a ação, estendia-se pela rua da Indústria (atual Gaspar Viana).

O ataque à posição desenvolveu-se com extraordinária violência. Iniciado pela madrugada do dia 16, alcançava a noite sem que as sucessivas vagas de assaltantes que se lançavam sôbre a posição conseguissem dominá-la. A heróica e sistemática defesa do seu comandante o Capitão Joaquim Rodrigues de Andrade repelia os sucessivos ataques cabanos provocando grande número de claros nas fileiras insurretas.

Na madrugada de 17 os navios de guerra vêm em socorro dos defensores do Trem e bombardeiam as colunas atacantes.

O Marechal Manoel Jorge considerando a situação, após nove dias de combates na cidade, julgou-a insustentável. Dispunha apenas das posições do palácio, Seminário, Forte do Castelo e do Trem, mesmo assim em condições precaríssimas com efetivos mínimos e cercadas essas posições pelas casas próximas ocupadas

pelos insurretos que as dominavam com seus fogos.

O bombardeio feito à cidade pela fôrça naval fôra mais danoso ao Govêrno do que aos insurretos.

A exigüidade das guarnições não permitia desembarcar reforços e as deserções não tinham conta.

Além de tudo a inexistência de víveres levava pela fome a população ao desespêro e à anarquia.

Decidiu então o presidente transferir a sede do govêrno para bordo da fragata «Campista» e evacuar tôda a tropa e o povo, que lá coubesse, para todos os navios surtos no pôrto. Os defensores do Trem foram alertados da decisão pelos navios da fôrça naval. A 22 é realizada a operação.

Percebendo a impossibilidade de manter numerosas famílias e a tropa a bordo dos navios o Marechal Manoel Jorge facilita a retirada daquelas para o interior e instala a tropa na ilha de Tatuoca.

A 23 de agôsto de 1835 os cabanos são novamente donos de Belém.

— O 3º Govêrno Cabano — Angelim.

Vencida a legalidade na capital a insur-



ɪeição volta a irradiar-se para Vigia, Acará, Moju, Abaeté, Macapá e outros pontos do interior.

Itacuam, à margem do rio Arari em Marajó, Igarapé-Mirim e outras localidades tornam-se centros de movimentos anárquicos como Belém.

A suposição legal de que poderia mobilizar contingentes em Marajó, dissipou-se pela falta de disposição demonstrada nos primeiros encontros com os insurretos na ilha e a defecção generalizada, inclusive entre oficiais.

Sòmente Cametá e Abaeté permaneceriam inexpugnáveis ao ininterrupto assédio cabano.

Em Manaus, um movimento de quartel traz como conseqüência o assassínio de Bernardo Sena, então exercendo o govêrno local insurreto.

A reação legal toma corpo na comarca iniciando-se na vila de Ega (Tefé).

Pouco depois, são os cabanos expulsos de Manaus graças à ação decidida de Ambrósio Aires, nomeado então Comandante das Armas, e outros. Voltam os insurretos a assediar a cidade alguns meses após, sendo porém repelidos. Ambrósio Aires prossegue nas operações de limpeza pelas vilas e povoações do interior.

A êsse tempo o Marechal Manoel Jorge comprara 1.000 armas e 10.000 libras de pólvora e requisitara ao govêrno da Regência 2.500 homens, peças de artilharia e 18 embarcações de pequeno calado para navegação fluvial.

Em outubro de 1835, o navio inglês «Clio», que trazia para a firma Campbell da praça de Belém uma carga de armamento encomendada ainda pelo presidente Lôbo de Souza foi saqueado pelos cabanos em Salinas.

Fundeando na costa, seu comandante desembarcara à procura de prático. Em contato com um americano John Priest, que ali vivia, o comandante do barco irrefletidamente revelou a natureza de sua carga quando buscava um homem credenciado para realizar a praticagem até Belém. Os insurretos locais, com a cumplicidade ou não do americano, dispondo da informação, assaltam o navio dominando e matando a tripulação e apossam-se da carga.

Em dezembro dêsse ano chegam os primeiros reforços em tropa, suprimentos e navios enviados pelo govêrno central ao Marechal Manoel Jorge na ilha de Tatuoca.

O presidente instala suas novas fôrças na ilha de Cutijuba. Retoma as atividades expulsando com uma coluna de 100 homens os insurretos que se haviam instalado no Mosqueiro de

onde faziam fogo de artilharia sôbre os navios que passavam.

Prosseguiu a operação atacando-os, em seguida no Chapéu Virado, com um batalhão apoiado por dois navios de guerra. Realizou uma expedição sôbre Vigia com o 2.º Batalhão de Caçadores, embarcado em três navios, conseguindo dominar a vila em poucos dias, estendendo a operação pelo litoral, restabelecendo o regime legal a Penhalonga, Veríssimo, Colares, São Caetano, Curuçá e Cintra.

Nessa ocasião é surpreendentemente demitido de suas funções o velho Marechal, sendo nomeado para substituí-lo o Brigadeiro Francisco José de Souza Soares de Andréa que só chegaria a Tatuoca a 9 de abril de 1836.

Em março de 1836 uma fôrça naval inglêsa, sob o comando do Capitão B. Strong, fundeia na baía de Guajará. Seu comandante, dirigindo-se a Eduardo Angelim, apresenta um protesto formal e ameaçador e exigências descabidas a propósito do incidente de Salinas com o navio «Clio».

Além da indenização da embarcação e da carga, exigia mais a instauração de processo e entrega dos responsáveis e implicados à justiça inglêsa, bem como o «desagravo da bandeira inglêsa, ofendida e desrespeitada — (exigindo)

que esta seja arvorada em tôdas as fortalezas da cidade, estando por baixo a brasileira — e que seja cumprimentada com uma salva de vinte e um tiros».

Da resposta altaneira do presidente insurreto vale transcrever o seguinte tópico :

> «. . . e que jamais os entregarei ao govêrno inglês sem ordem do govêrno do Rio de Janeiro, quando o país tem leis para punir os criminosos; e que igualmente não sujeitarei a bandeira da minha nação à humilhação exigida, sem ordem da côrte».

Aproveitando essa oportunidade e outras os inglêses — segundo um contemporâneo daqueles acontecimentos — sugeriram e ofereceram proteção à província, caso fôsse proclamada a separação política do Império.

Também por êsse tempo, um missionário protestante, Tomás Youd, insinuara-se pela região do Pirara, instalando-se junto à tribo dos Macuxi, reunindo-a sob a bandeira inglêsa.

O destacamento brasileiro daquela fronteira fôra solicitado para as operações que se desenrolavam em tôrno de Manaus, abandonando-a temporàriamente.

Alegava o missionário inglês a proteção então buscada pelos indígenas para escapa-

rem aos maus tratos e, principalmente, ao recrutamento para as fileiras combatentes, de um e outro lado.

O diligente Ambrósio Aires comandava na ocasião o Forte São Joaquim (próximo a Boa Vista) e auxiliado por Frei José dos Inocentes agiu ràpidamente, limitando a progressão do inglês no proselitismo que desenvolvia.

Já então no govêrno do Brigadeiro Soares de Andréa veio a ordem para intimar o missionário Youd a abandonar o território nacional. Assim compelido, transferiu-se inicialmente para a margem direita do Rupununi e, após nova intimação, deslocou-se para o Essequibo, arrastando porém grande número de adeptos persuadidos pela proteção invocada.

O episódio é relevante para mostrar a coincidência de atitudes por parte da Inglaterra, explorando a difícil situação que a província atravessava.



III - A Repressão

O GOVÊRNO do Brigadeiro Soares de Andréa:

A 19 de abril de 1836 chega à ilha de Tatuoca o Brigadeiro Soares de Andréa, nôvo presidente da província e Comandante das Armas.

Acompanhava-o uma fôrça naval de embarcações apropriadas à navegação em rios — patachos, escunas, brigues — além de navios mercantes, todos conduzindo víveres, equipamento e armamento, além de 400 recrutas para as tropas de linha, retirados das prisões do Rio de Janeiro e da Bahia.

Determinou o General Andréa a exploração imediata da ilha de Arapiranga, mais próxima da cidade, para lá transferindo seu Quartel-General. Ali também organizou um campo de instrução, submetendo sua tropa a severíssimo regime de adestramento e disciplina. Isolou completamente a ilha assegurando assim, não só o necessário sigilo das providências que levava a têrmo, como principalmente resguardava a tropa recém-chegada do contato com o ambiente militar dominante.

Inicia as operações buscando a destruição das fôrças insurretas nos pontos mais próximos à capital em que se haviam fortificado. Mantém a iniciativa das ações, atuando com agressividade, organizando destacamentos combinados, operando com fôrças terrestres embarcadas em navios de sua divisão naval.

Desta forma realiza sistemáticas operações de limpeza expulsando os insurretos, primeiro de Igarapé-Mirim, depois de Viseu, atirando-os para Ourém e Guamá. Afinal destroça as fôrças cabanas que se haviam fixado no Capim e em Guajará, ali reunindo recursos para a luta.

Angelim sentiu imediatamente o efeito dêsses golpes e a dificuldade, cada vez maior, que encontrava para reduzir a anarquia e exercer a precária autoridade que, pouco a pouco lhe escapava das mãos.

Buscou então a mediação.

O General Soares de Andréa recusou conceder a declaração de anistia pleiteada pelos insurretos, através do bispo D. Romualdo, alegando a medida da competência da Assembléia Geral. Concordou porém em fazer-se intermediário da petição. Repeliu a pretensão dos cabanos no sentido de suspenderem as hostilidades. Considerou o avisado General que o armistício só caberia entre nações e não de insurretos para govêrno legal.

Mesmo sob a ameaça de incêndio de Belém pelos cabanos, recusa - se admitir a retirada das fôrças insurretas de Angelim para o Amazonas de armas na mão, onde se dispunham a aguardar a anistia.

Opõe-se à pretensão indicando um local — a fazenda Carapijó — para recesso dos cabanos naquela emergência e articula suas fôrças navais para estabelecer o bloqueio dos rios Acará e Guamá.

Impõe condições, suspendendo a mediação conduzida pelo bispo D. Romualdo, quando percebe a intenção de Angelim, no sentido de intimidá-lo.

Angelim compreende a impossibilidade de manter-se em Belém. Tenta romper o cêrco com suas fôrças a fim de reorganizar-se em núcleos de resistência no interior, nos rios Guamá, Capim, Acará e Moju.

A primeira tentativa realizada pela Pedreira encontra violenta e decidida reação. A fôrça naval apoiando fôrça de desembarque destroça os insurretos levando - os a refluírem para a cidade em desordem e perdendo tôda a capacidade de ação. Tentando mais uma vez a fuga, agora pelo Arsenal de Marinha, são inteiramente batidos, escapando os remanescentes para o Acará, entre êles Angelim.

A 14 de maio, após o desembarque do grosso das fôrças terrestres, o General Soares de Andréa ocupa a cidade abandonada e instala o govêrno em Belém.

Exercendo em tôda sua plenitude os cargos de presidente da província e Comandante das Armas, dotado ainda de podêres excepcionais por seis meses pelo govêrno imperial, Soares de Andréa prossegue a repressão das fôrças insurretas pela ação sistemática militar e policial.

Dispondo a essa altura de uma organização militar disciplinada, instruída e equipada, sob o comando de chefes subordinados de qualidade e tudo muito adequado aos processos de combate e às características do terreno e do inimigo, o general-comandante passaria a empregar êsse instrumento por êle forjado com a mesma energia, habilidade e método.

Reduziu os últimos focos no Acará fazendo prender Angelim. Ao mesmo tempo, convocava antigos soldados dos governos irregulares realistando-os. Com os rebeldes que não fôssem criminosos organizou corpos de trabalhadores — lavradores, operários e artífices — ocupando-os em trabalho produtivo e indispensável para o soerguimento da província devastada. No exercício de uma administração austera e equilibrada modificou as atitudes do povo

absorvendo as facções mais moderadas nas atividades comuns de reconstrução.

Eliminou as derradeiras resistências insurrecionais em Marajó e Oeiras.

No Amazonas, Ambrósio Aíres prosseguia suas operações de limpeza na região dos Autazes, onde é morto em ação.

Usando dos podêres extraordinários que lhe haviam sido concedidos o General Soares de Andréa, na impossibilidade de criar três Batalhões de Caçadores, um de artilharia de posição e um Esquadrão de Cavalaria autorizados pelo govêrno imperial, criou na capital um corpo de polícia, em substituição aos permanentes e dividiu a província em nove comandos militares assim constituídos : 1.º, todo o município de Belém ; 2º, de Vigia (Colares, São Caetano, Curuçá, Cintra e Salinas) ; 3º, de Bragança (Viseu, Turiassu e Ourém) ; 4º, de Marajó (compreendendo tôda a ilha); 5º, de Macapá (tôda a margem esquerda da foz do Amazonas, até encontrar o 1º Comando); 6º, de Cametá (Tocantins), Oeiras, Portel e Melgaço); 7º, de Pôrto de Moz ou Gurupá (limitando com as de Macapá, Marajó, Cametá e Santarém) ; 8º, de Santarém (limitando com o 7º e com o Alto Amazonas ou Rio Negro); 9º, o de Rio Negro (guarda das fronteiras).

Em abril de 1839 o Brigadeiro Soares de Andréa é substituído pelo Dr. Souza Franco, que encontrando a província inteiramente pacificada solicita a anistia geral para os insurretos. A medida alcança os próprios chefes rebeldes Vinagre e Angelim que, após alguns anos de degrêdo marcados pela lei, vêm a falecer no Pará.



IV - Conclusões

A DESPEITO de decorridos mais de 120 anos, a Cabanagem, como movimento insurrecional, proporciona ainda ensinamentos de sugestiva atualidade.

Iniciada sob a forma de Guerra Civil — diríamos «localizada» — visando, tão-sòmente às autoridades constituídas na província e ressalvando, em ocasiões diversas, sua fidelidade ao Imperador e a declarada disposição de manter a província vinculada ao país, a Cabanagem, por outro lado, encontrava sua maior e mais constante exaltação no complexo racial dirigido contra o colonizador estrangeiro encarnado ainda pelas próprias autoridades. Caracterizava-se assim, também, sob a forma de verdadeira Guerra de Libertação, a revolta mais ou menos generalizada de tôda a população.

O hipotético Estudo de Situação dos insurretos, apresentado inicialmente, sob a forma esquemática, segundo o método de análise dialética, procurou destacar os principais fatôres da discussão, sendo relevantes os que condicionavam a adequabilidade dêsse tipo de

guerra e aquêles outros que apresentavam flagrantes possibilidades de inverterem seu sentido de atuação dadas as contradições do meio e a eventual fragilidade dos organismos institucionais.

Sua eclosão foi condicionada pelo clima de insatisfação dominante, fruto de causas longínquas e difusas, umas; atuantes e irredutíveis, outras. Tôdas devidamente aproveitadas e exploradas.

O simples confronto do poder e da opulência com a opressão e a miséria, gerou os germes da revolta que nascia dêsse sentimento de frustração, alimentado pela omissão rotineira de métodos e regimes ultrapassados pela evolução inelutável de novos conceitos, aspirações e tendências.

O ódio gera a violência — destruidora, incontrolável, intangível por sua própria essência.

A insurreição não dispunha de um Chefe. Não contava também com um plano prèviamente esboçado.

As posições de liderança, galgadas pela eventual projeção de indivíduos que, se por um lado, gozavam de condições de autenticidade para encarnarem as aspirações da massa da qual emergiam, por outro, não dispunham da ascendência intelectual e moral indispensáveis

que afirmassem a autoridade para um exercício pleno de comando e de govêrno, ainda que sem propósitos seguramente definidos.

A explosão de complexos e reivindicações nem sempre dirigia e fixava seus impulsos para um mesmo objetivo. Ao contrário, a insurreição buscava mais preservar o seu ímpeto apoiando-se apenas na exaltação permanente da massa desordenada e incontrolável. Daí a já limitada capacidade da liderança esgotar-se sucessivamente em tentativas infrutíferas de contrôle e contenção, tôda vez que buscava a unanimidade da consciência popular na adoção de condições mínimas para o exercício da autoridade. Êsses percalços inevitáveis cindiam, pouco a pouco, a coesão, não só da massa popular armada, como principalmente, dos chefes que passariam a hostilizarem-se mùtuamente e, afinal, a se destruírem.

Do ponto de vista operacional, sem maiores considerações de ordem doutrinária, podemos concluir que os cabanos guardaram uma atitude de defensiva estratégica procurando realizar continuadamente condutas táticas ofensivas descentralizadas, porém decisivas. Exploraram com habilidade magistral a «guerra de superfície», a guerrilha nos rios, na selva e na cidade, desenvolvendo e aplicando as emboscadas, os ardis, o terrorismo, a propaganda e a ação psicológica na decisão de luta,

na manutenção do sigilo, na aliciação de adeptos, trânsfugas e submissos.

Empenharam-se decisivamente na conquista e posse de Belém tirando real partido de sua manutenção, não só pelo aspecto puramente militar, como principalmente pelo efeito moral do domínio da capital da província e a implantação do govêrno insurreto.

Afinal a repressão. Caracterizou-se pela conjugação acertada da redução e eliminação progressiva das causas da insurreição com uma segura orientação militar inspirada em soluções políticas firmes e coerentes.

Após restaurar as características institucionais do aparelho policial-militar, dando-lhe condições operacionais de eficiência e impor os critérios irredutíveis da ordem legal o Brigadeiro Soares de Andréa buscou, pouco a pouco, retirar aos insurretos o apoio popular ativo que desfrutavam. Empregou tôdas as fôrças disponíveis em grupamentos combinados — navais e terrestres — adotando processos de combate adequados para capturar e destruir os bandos cabanos, procurando sempre o contato agressivo em operações eminentemente ofensivas.

Erradicados os últimos focos da insurreição, rearticulou suas fôrças segundo uma adequada divisão territorial, assegurando assim o contrôle operacional de tôda a área.

Bibliografia

Cel. Luiz Lobo — *História Militar do Pará,* Rio, 1943.

Anísio Jobim — *O Amazonas — sua história,* São Paulo, 1957.

Arthur C. F. Reis — *Síntese da História do Pará,* Belém, 1942.

Arthur C. F. Reis — *A Amazônia e a cobiça internacional,* S. Paulo, 1960.

M. Pinto Bravo — *Curso de História Naval,* Rio, 1959.

Caio Prado Junior — *Evolução Política do Brasil,* São Paulo, 1947.

Domingos A. Rayol — *Motins Políticos da Província do Pará,* Belém, 1890.

J. Hurley — *Belém do Pará sob o domínio português,* Belém, 1940.

Cel. G. Bonnet — *Les guerres insurrectionnelles et revolutìonaires* — Paris, 1958.

Gen. Augusto Fragoso — *Introdução ao Estudo da Guerra Revolucionária* — 1959.

Artigos diversos da "A Defesa Nacional" e do "Mensário de Cultura Militar".

Esta obra foi executada nas oficinas
da Editôra Sergio Cardoso, Rua
Joaquim Sarmento, 78 — Manaus,
para o Govêrno do Estado do
Amazonas.

numa demonstração viva de repúdio aos senhores donos de terra — os portuguêses, a quem chamavam "pejorativamente de **bicudos, marinheiros** ou **pés de chumbo"** —, que só desejavam escravizá-los, há-de se concluir que, antes do natural desejo de libertação, movia-os o alto sentimento de brasilidade — aquêle mesmo sentimento que tempos atrás havia feito de Ajuricaba o símbolo maior dos nossos anseios libertários.

O tenente-coronel Gustavo Moraes Rêgo Reis, neste trabalho, analisa com muita precisão, entre outros, o aspecto social do movimento, ao qual dedica grande parte dos seus capítulos. Seu ensaio, como já dissemos, é um estudo sério, minucioso, fartamente documentado, e se não o podemos considerar a última palavra sôbre o assunto, pelo menos é o que oferece no momento condições que possibilitam a exata fixação, dentro do nosso quadro histórico, dêsse episódio eminentemente nacional.

"A Cabanagem", quarto volume da série **Torquato Tapajós**, que entregamos com prazer ao público, traz, ainda, ilustrações em xilogravura, de Álvaro Páscoa, artista cujo trabalho contribui para dar a esta obra, por si só valiosa, primorosa feição gráfica.

* * *

EDIÇÕES "GOVÊRNO DO ESTADO DO AMAZONAS"
1965

série **TORQUATO TAPAJÓS**

Volumes publicados :

UM CABOCLO AMAZÔNICO — de Mário e Julião Ramos.

TRÊS MUNICÍPIOS AMAZONENSES — de Anísio Jobim.

TEATRO AMAZONAS — 1.° Volume — do Prof. Mário Ypiranga Monteiro.

A CABANAGEM — do Ten-Cel. Gustavo Moraes Rêgo Reis.

UM CAPÍTULO DE SANGUE NA HISTÓRIA DO BRASIL

História de um dos movimentos insurrecionais mais chocantes já havidos no Brasil, é o que conta êste «A Cabanagem», do tenente-coronel Gustavo Moraes Rêgo Reis, que o Govêrno do Estado se propôs a editar, certo de estar contribuindo, da melhor forma, para o conhecimento, por parte das novas gerações, dêsse capítulo da nossa história social.

O autor, neste trabalho, analisa com muita precisão e autoridade, entre outros, o aspecto social do movimento, ao qual dedica grande parte dos seus capítulos. Êste ensaio é um estudo sério, minucioso, fartamente documentado, e, se não o podemos considerar a última palavra sôbre o assunto, pelo menos é o que oferece no momento condições que possibilitam a exata fixação, dentro do nosso quadro histórico, dêsse episódio eminentemente nacional.

UM LANÇAMENTO DO GOVÊRNO DO ESTADO DO AMAZONAS